

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 113, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a criação e funcionamento do abrigo municipal de animais e de controle de vetores e zoonoses-czs, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica criado o Abrigo Municipal de Animais, sob supervisão e orientação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, vinculado diretamente, a Secretaria da Saúde e Vigilância Sanitária deste Município, órgão responsável pelo recebimento de verbas federais no âmbito do controle de vetores e zoonoses.

Art. 2º O Abrigo Municipal tem a finalidade de abrigar os animais soltos e/ou abandonados para proteção e defesa animal, incluindo o controle de vetores e zoonoses.

Art. 3º No Abrigo Municipal será realizado o recolhimento da população de animais da espécie canina, sendo estes de pequeno a grande porte, existentes no Município que sejam animais errantes, e que constituam ameaça à saúde pública, de acordo com a capacidade total e que mantenha o bem estar dos mesmos.

Art. 4º Os animais, de pequeno e grande porte, abrigados serão registrados e cadastrados para posterior esterilização e disponibilização para adoção, e possuirão:

I - Implantação do microchip, quando autorizado, nos termos do art. 74, parágrafo único da Lei Complementar 009/06.

II - Informações sobre raça, sexo, pêlo e sinais característicos, idade real ou presumida e foto do animal, de corpo inteiro;

III - O Registro Geral do Animal, RGA, (nº do microchip);

Art. 5º Os custos referentes ao cadastramento serão de responsabilidade do município.

Art. 6º Os animais da espécie canina, de pequeno a grande porte, que possuírem proprietário e estiverem vagando pelas ruas e praças do Município, ou quaisquer

locais de uso comum, públicos ou de acesso ao público e apresentarem risco à população, serão apreendidos e inseridos no Sistema de Cadastro da Secretaria de Meio Ambiente, conforme artigo 4º.

Art. 7º Dentro dos prazos estabelecidos no artigo 71, § 2º, da Lei Complementar nº 009, de 27 de setembro de 2006, poderão os proprietários retirar os animais apreendidos, desde que provem a sua propriedade, mediante o testemunho de duas pessoas idôneas ou atestado de autoridade policial.

Parágrafo único. Para a retirada dos animais do Abrigo Municipal o proprietário deverá:

I - pagar as multas previstas no Código de Posturas do Município, Lei Complementar nº 001/95, alterado pela Lei Complementar nº 009/06;

II - realizar o registro do animal, devendo ser efetuado nos termos do artigo 4º e 5º desta lei.

III - será considerado reincidente o animal recolhido por mais de uma vez, no período de 30 dias, de acordo com o artº 72 da Lei Complementar nº 009/06.

Art. 8º São direitos dos animais:

I - todos os animais têm o mesmo direito à vida;

II - todos os animais têm direito ao respeito e à proteção do homem;

III - nenhum animal deve ser maltratado;

IV - todos os animais selvagens têm o direito de viver livres no seu habitat;

V - o animal que o homem escolher para companheiro não deve ser nunca ser abandonado;

VI - nenhum animal deve ser usado em experiências que lhe causem dor;

VII - todo ato que põe em risco a vida de um animal é um crime contra a vida;

VIII - a poluição e a destruição do meio ambiente são considerados crimes contra os animais;

IX - os direitos dos animais devem ser defendidos por lei;

X - o homem deve ser educado desde a infância para observar, respeitar e compreender os animais;

Art. 9º Os animais abrigados, bem como, os apreendidos terão:

I - garantidos a observância dos direitos e seu bem estar;

II - manejo adequado;

III - aplicação de medidas profiláticas que garantam a saúde e a higiene;

IV - controle sanitário, através de imunização e vermifugação.

Art. 10. Tendo conhecimento de um caso de raiva, ou suspeita, o

Veterinário Técnico Responsável do Abrigo Municipal registrará o caso, através de formulário próprio, levando ao conhecimento da Secretaria de Meio Ambiente Municipal, para pronta notificação ao Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF), providenciando a verificação imediata sobre a possível contaminação de outros cães do Abrigo.

§1º Os casos suspeitos, incluídos os animais que tiverem tido contato com outros comprovadamente infectados, serão mantidos em isolamento, para observação, por dez dias, ou período necessário, no Abrigo Municipal, ou encaminhados ao IPVDF, de acordo com a gravidade do caso.

§2º Todo animal que, comprovadamente, estiver infectado pela raiva, será sacrificado, após a constatação, que deverá ser atestada e assinada pelo Veterinário responsável pelo Abrigo Municipal.

Art. 11. O Município não será responsável por nenhuma indenização em caso de morte de animal apreendido.

Art. 12. O proprietário será responsável em adotar procedimentos e cuidados que garantam não só o bem-estar do animal, como também a multiplicação dessas experiências para todas as pessoas do seu convívio.

Art. 13. Para a retirada do animal do Abrigo Municipal, o interessado deverá pagar a multa, nos casos em que incidir, e os valores apurados com as taxas de manutenção, de acordo com o que estabelece o Código de Posturas Municipal.

Art. 14. O Abrigo Municipal possui um programa de saúde animal para os animais abrigados e cadastrados. Consiste em:

- I** - campanha anual de vacinação antirrábica;
- II** - posse responsável e adoção permanente;
- III** - esterilização de cães e gatos;
- IV** - educação sanitária.

Art. 15. Serão recebidas denúncias sobre maus tratos contra animais do município. As mesmas deverão ser protocoladas a fim de serem verificadas e fiscalizadas.

Parágrafo único. a fiscalização será efetuada por funcionário da Secretaria de Meio Ambiente com portaria específica para aplicação de penalidades. As penalidades aplicadas serão baseadas na legislação federal, estadual e municipal.

Art. 16. O encarregado técnico pelo Abrigo Municipal será um Médico Veterinário, podendo ser do quadro efetivo, conveniado ou contratado como serviço técnico.

Art. 17. O horário de visitação e retirada de animais do Abrigo Municipal deverá ser previamente agendado, junto a Secretaria do Meio Ambiente.

Art. 18. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 13 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Unidade Orçamentária: 13.01 - Secretaria do Meio Ambiente; Função: 18 - Gestão Ambiental; Sub-Função: 18 542 - Controle Ambiental; Programa: 0118 - Controle Ambiental; 1854201181214000 Construção de Baia/Canil/Gatil Municipais: dotação 4.4.90.51.00.00.00 Obras e Instalações e 4.4.90.51.91.00.00 Obras em andamento; 1854201182128000 Manutenção de Baia/Canil/Gatil Municipais; dotação: 3.3.90.30.06.00.00. - Alimento para Animais, 3.3.90.30.18.00.00 - Materiais e Medicamentos para Uso Veterinário; 3.3.9.0.30.31.00.00.00 - Sementes, Mudas de Plantas e Insumos, 3.3.90.30.11.00.00 - Material Químico; 3.3.9.0.30.99.00.00.00 - Outros Materiais de Consumo, 3.3.9.0.39.82.00.00.00 - Serviços de Controle Ambiental; Recurso: 0001 - Livre

Art. 19. Fica expressamente regogada a Lei Municipal nº 2.550, de 11 de dezembro de 2006.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 18 de dezembro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei nº 113, de 18 de dezembro de 2015, que: "*Dispõe sobre a criação e funcionamento do abrigo municipal de animais e de controle de vetores e zoonoses-czs, e dá outras providências.*"

O presente projeto de lei visa revogar a Lei 2550/2006 e dispor sobre a criação e funcionamento do abrigo municipal de animais e de controle de vetores e zoonoses-czs.

Tal proposição é fundamental, a fim de adequar a legislação ao cenário atual do Município, tendo em vista que a legislação estadual e federal impõe regras que não estavam sendo atendidas na lei que ora se propõe a revogação.

Além disso, o Município não tem estrutura para recolher todos os cães, nem possui um campo de confinamento como exigia a Lei 2550/2006. No entanto, sequer a legislação estadual exigia, como se verifica com a Lei Estadual nº 13.193/009.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal